

Algumas observações sobre o desenvolvimento das bibliotecas públicas em Portugal

Ken Jones *

RESUMO — Regista algumas impressões sobre as bibliotecas públicas portuguesas, em contraste com as suas congéneres em países anglo-americanos e escandinavos e aponta algumas vias para o desenvolvimento de um tipo de biblioteca pública ou «popular» em Portugal mais centrada no utilizador.

ABSTRACT — Puts forward some impressions about portuguese public libraries, in contrast with their anglo-american and Scandinavian counterparts and suggests some strategies for the development of a more user-centred type of public or «popular» library in Portugal.

1 — Durante a minha estadia em Portugal em Julho de 1982, a minha principal tarefa incidiu na realização de dois seminários sobre gestão de bibliotecas e apenas incidentalmente me debrucei sobre a situação das bibliotecas públicas. Em Lisboa, não dispus de tempo para visitar nenhuma; contudo tive oportunidade de discutir algumas questões importantes com três colegas bibliotecários, da Universidade dos Açores (a qual visitei), com o Director da Biblioteca Pública da Terceira e também da Biblioteca Pública do Porto. Visitei a Biblioteca Pública de Guimarães, passei simplesmente pela de Braga, onde o curto espaço de tempo de que dispunha me impossibilitou de aprofundar o problema com colegas.

Os comentários que vou passar a fazer constituem sem dúvida lugares comuns, mas são aqui reproduzidos, pois no meu ponto de vista a opinião dum estrangeiro pode vir a ser útil. Existe muita bibliografia e investigação feita sobre os chamados países em desen-

* Senior Lecturer in Library Management, Leeds Polytechnic School of Librarianship, U.K.

volvimento, mas Portugal não se encaixa nessa categoria; não existe uma cultura neocolonial acomodada na qual se possam inserir novas instituições ou uma situação de total «campo aberto» para as receber. Pelo contrário, existe uma cultura institucional muito enraizada, possuída por uma formidável inércia. As bibliotecas públicas estão institucionalizadas em Portugal, com a sua própria mentalidade e são tão velhas e tão bem enraizadas com outras bibliotecas públicas existentes na Europa.

2 — Para evitar confusão usaremos o termo biblioteca popular para caracterizar o tipo de biblioteca anglo-americana-escandinava caracterizada pelo acesso directo aos *stocks* de livros e outros materiais disponíveis para empréstimo e destinados a atrair a utilização destes por uma proporção substancial da comunidade. Isto contrasta com as bibliotecas públicas portuguesas que são exclusivamente bibliotecas de depósito. O acesso às colecções é vedado aos utilizadores e posto à disposição através de salas de leitura, atraindo somente investigadores e estudantes universitários.

(A inaptidão das bibliotecas escolares torna as bibliotecas públicas um lugar de estudo para todo o tipo de estudantes, que poderão também fazer uso de um *stock* não originariamente destinado a eles).

Por isso, quando falamos no desenvolvimento das bibliotecas públicas em Portugal deveremos distinguir entre dois diferentes tipos de desenvolvimento. Primeiro, temos o desenvolvimento da biblioteca pública tradicional portuguesa, de modo a cumprir a sua função erudita e de arquivo, com mais eficácia. Por outro lado, temos o hipotético desenvolvimento, no futuro, da biblioteca popular em Portugal.

3 - Ficámos com a impressão de que apenas um pequeno número de bibliotecários portugueses estaria interessado na possibilidade de criação de bibliotecas populares, ou seja, do tipo anglo-americano de bibliotecas públicas que se implantaram também em França e na Alemanha, mas eles enfrentam enormes obstáculos.

O grande peso da tradição que faz com que as bibliotecas públicas sejam bibliotecas de depósito e erudição, abrangendo livros e arquivos, cria e mantém uma atitude conservadora no pessoal que aí trabalha. Isto cria expectativas limitadas na comunidade local e no país em geral, que vê as bibliotecas como respeitáveis repositórios da cultura. O reduzido pessoal tem como tarefas a catalogação e a conservação. Soubémos de uma biblioteca pública que tentou,

recentemente, desenvolver um tipo de serviço de características de biblioteca popular, mas foi impedida de o fazer, devido à avalanche de ofertas, que doadores bem intencionados fizeram, ocupando assim o espaço e o tempo que deveriam ser dedicados à «biblioteca popular».

Embora não pareça existir nenhuma lei que proíba a leitura domiciliária, os regulamentos das próprias bibliotecas, impedem-na. Todavia, embora estes possam ser rodeados (pelo menos assim fomos informados), existe uma forte tradição em contrário. Em qualquer caso, seria necessário adquirir, em primeiro lugar, *stocks* adequados à utilização da comunidade em geral.

Um problema também a resolver é a questão da base financeira e administrativa das bibliotecas populares ou, por outras palavras, que municípios estariam aptos a fornecer tal base, tendo em conta, por exemplo, a dimensão e os recursos dos mais pequenos. Esta questão está ligada, como é evidente, a uma outra mais lata e que se prende com a reestruturação do poder local...

4 — Entre os bibliotecários públicos com quem falámos, encontrámos quase uma unanimidade sobre o facto de o arquivo dever ser administrado separadamente do livro e do periódico da biblioteca pública e, igualmente, de o serviço da nova biblioteca popular dever ser separado do serviço tradicional. De outro modo, a opinião era de que a biblioteca popular ficaria imediatamente subordinada e sufocada pelas tradições arraigadas da instituição mais antiga — a biblioteca pública.

A experiência, na Inglaterra, demonstrou que devem ser criados objectivos práticos para as bibliotecas populares, que a maioria do seu pessoal possa seguir e estabelecidos por lei. Em Ponta Delgada houve uma reunião que se debruçou sobre este tópico em que as prioridades defendidas pelos bibliotecários mais jovens tinham bastante interesse. Em primeiro lugar, advogavam a implementação do livre acesso e da leitura domiciliária, com três objectivos: cultura para todos, leitura recreativa e apoio à educação formal. O apoio à investigação seria relegado para uma prioridade secundária. Na devida altura, dever-se-á dar às bibliotecas populares a tarefa da informação à comunidade. Este aspecto era novo para os participantes no seminário e ocasionou grande interesse. Nos últimos 20 anos, diversos esforços têm sido feitos na Inglaterra e Estados Unidos da América para introduzir esta função na tradicional biblioteca popular. Embora tal não tenha sido fácil, no entanto, deveriam ser consideradas em Portugal as vantagens e desvantagens da introdução

dos serviços de informação à comunidade, nas bibliotecas populares, já de início. Nem toda a gente lê livros ou tem interesses culturais mas toda a gente necessita de informação e se preocupa com ela — especialmente os políticos.

5 — O novo programa de educação profissional em biblioteconomia trará concerteza um número crescente de adeptos à ideia das bibliotecas populares no âmbito das bibliotecas públicas. Contudo, a inexistência de legislação apoiante deste novo tipo de biblioteca levará essas pessoas à frustração. A importância da legislação é crucial para a existência das bibliotecas populares como o confirma a experiência de outros países. Mas não é necessário repetir em Portugal os mesmos erros que foram feitos noutros lados. A nova legislação e a política que ela expressar, deverá abarcar a informação e as bibliotecas, *como um todo*. Se isto é impraticável, pelo menos a política de desenvolvimento das bibliotecas públicas deve reflectir esta orientação. O desenvolvimento numa esfera técnica e científica servida por documentalistas e separada da informação e bibliotecas no seu conjunto, deve ser de todo evitado.

Proponho a criação, num futuro próximo, de uma comissão com autoridade e representatividade suficientes para fazer recomendações no que diz respeito ao desenvolvimento de um serviço de «tipo popular» nas bibliotecas públicas portuguesas.

O caminho foi aberto pela Fundação Gulbenkian, que criou bibliotecas de empréstimo em zonas rurais, em cooperação com as Câmaras (que fornecem o pessoal e as instalações). Embora seja uma iniciativa louvável, isto não deve ser confundido com um serviço de bibliotecas populares (onde o pessoal especializado não é menos importante do que o *stock*). A Fundação Gulbenkian limita-se a fornecer um serviço de distribuição de livros com bibliotecários ocupando posições apenas na sede, em Lisboa.

No após-guerra foram criados alguns modelos de bibliotecas populares, para funcionarem como exemplos para futuras criações (New Delhi na Índia, Medellín na Colômbia). Contudo, isto não foi suficiente, pois muitos outros recursos e pressões políticas são necessários. Mas, apesar de tudo, achamos que a criação de bibliotecas populares-modelo podem vir a ser úteis em Portugal, para educar a população, políticos e estudantes de biblioteconomia e deste modo divulgar e encorajar o desenvolvimento deste tipo de bibliotecas. Para uma operação desta envergadura serão necessários investimentos onde os fundos a utilizar poderão ser quer públicos quer privados.

6 — No que diz respeito a uma melhoria das funções de conservação e investigação das bibliotecas tradicionais, gostaríamos de fazer dois reparos. Primeiro, a elaboração de um guia nacional das colecções especiais em bibliotecas públicas seria de grande utilidade. Este guia indicaria, em termos gerais, o âmbito das diferentes colecções para auxiliar os investigadores na sua tarefa. Nós sabemos que um inquérito está presentemente a ser feito, que talvez possa vir a fornecer este tipo de informação. Segundo, as colecções especiais são doadas às bibliotecas públicas em Portugal, em termos que proibem a sua subsequente redistribuição dentro da biblioteca ou a sua transferência para outras bibliotecas. Isso significa que estas colecções não podem ser administradas de maneira mais vantajosa para a biblioteca e, portanto, de modo a melhor servir os investigadores. Na Inglaterra e nos Estados Unidos da América tornou-se vulgar aceitar tais colecções com a condição de poderem vir a ser redistribuídas. Para se poder identificar a colecção, é geralmente colocada em cada livro, um ex-libris do doador. Quando esta política foi introduzida, houve uma certa relutância em doar, mas isto foi rapidamente ultrapassado e as doações começaram novamente a surgir.

7 — Com a excepção de alguns centros de documentação e informação, o bibliotecário em Portugal ocupa-se quase exclusivamente da catalogação e conservação das espécies. Estas são, contudo, apenas uma parcela das especializações profissionais em biblioteconomia desenvolvidos na segunda metade do século XX, as quais incluem a especialização em grandes temas quer em bibliotecas públicas, quer nas académicas, o ensino da biblioteconomia, o acompanhamento do aluno em estabelecimentos de ensino, biblioteconomia comunitária e serviços de informação, gestão de sistemas de informação, a elaboração de perfis de utilizador, bem como a gestão sistemática e por objectivos de todos estes serviços e actividades. Para o visitante, o contraste entre o panorama nacional no campo das bibliotecas e o novo projecto da educação profissional neste campo, só pode ser descrito como bizarro. A frustração e o conflito (que acompanham sempre as grandes mudanças), parecem inevitáveis. Concluimos que, se a profissão de bibliotecários e documentalistas em Portugal quer servir o interesse nacional, é necessário que mude a tónica de conservação das bibliotecas públicas portuguesas para uma outra de serviços centrados no utilizador, a diversos níveis, nomeadamente, o erudito, o educacional e o popular.